

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Agro-bioenergia.

Período de Análise: 01/07/2016 a 31/07/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Sem aumento de impostos? Celso Ming – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 07/07/2016..... 3

Captura de carbono se dissemina como opção para frear aquecimento. Sérgio Matsuura– O Globo, Sociedade. 10/07/2016 4

Sem aumento de impostos? Celso Ming – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 07/07/2016

O governo Temer deve concentrar o ajuste em 2017 para apresentar os melhores resultados em 2018, ano da eleição para a Presidência da República

Como foi anunciado nesta quinta-feira, o déficit das contas do governo central em 2017 será de R\$ 139 bilhões, mais baixo do que os US\$ 170,5 bilhões previstos para este ano. (O plano prevê rombo de R\$ 3 bilhões nas estatais e de R\$ 1 bilhão nos Estados.)

É uma meta fiscal a ser obtida com forte contenção de despesas. Mas o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, não descarta “aumento pontual de impostos”. O governo Temer conta concentrar o ajuste em 2017 para apresentar os melhores resultados em 2018, ano da eleição para a Presidência da República.

Há alguns dias, ministros de fora da área econômica pressionaram o governo para que a decisão fosse arrancar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões por ano apenas com o aumento da Cide, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Se passar, essa proposta começará a produzir distorções - e outras consequências graves.

A Cide é um imposto regulatório. Serve para obter a equalização ou a ponderação desejada no mix dos combustíveis: gasolina, diesel, etanol e biodiesel. Pode ser cobrada também sobre o preço de outros produtos, sempre com objetivo de produzir certa regulação.

Assim, usar esse imposto para fins reconhecidamente arrecadatórios apontaria para a primeira distorção que seria reduzir a capacidade desse imposto de produzir equalizações e regulações.

Outro efeito inevitável que viria de um aumento da Cide sobre combustíveis seria seu impacto sobre preços em toda a cadeia de produção e consumo, especialmente porque aumentaria os custos dos transportes e da condução urbana. Seria inflação na veia, efeito semelhante ao que foi produzido quando na atualização das tarifas e dos preços administrados realizada ao longo de 2015, ajuste que vem tendo impacto até hoje. E uma elevação imprevista dos preços gerais da economia que pode adiar não apenas o cumprimento da meta de inflação, como, também, pode adiar a baixa dos juros básicos, a Selic.

Outra consequência poderia, a seu modo, apresentar resultado positivo. O aumento da Cide sobre os preços da gasolina deveria dar mais competitividade ao etanol e, nessas condições, melhorar a capacidade de caixa das usinas de açúcar e álcool, fortemente prejudicadas nos últimos anos pelo achatamento dos preços da gasolina.

O aumento da Cide poderia também ter como efeito o aumento da arrecadação do ICMS pelos Estados. O ICMS é calculado sobre os preços já modificados pela Cide. Como o ICMS sobre combustíveis é uma das principais fontes de arrecadação dos Estados, a elevação da Cide ajudaria a ampliar essa receita. Mas, por esse lado, seria mais um fator inflacionário, na medida em que acabaria por provocar novo aumento de preços.

O impacto dos resultados cruzados de tudo que foi exposto ainda dependeria do tamanho do aumento da Cide. É possível, também, que essa alta de preços ao produtor e ao consumidor provocasse redução do consumo, como aconteceu quando a Petrobrás foi autorizada a aumentar os preços dos combustíveis.

Já era esperada certa queda da produção agrícola neste ano. Mas não se esperava que fosse tanto, ou de 8,4% em relação à safra de 2015 de acordo com a projeção do IBGE. Apesar de alguma recuperação dos preços das commodities, a quebra do volume de produção não deverá ser compensada por aumento da renda. A principal razão da redução da produção foram os problemas climáticos: tanto falta de chuvas como chuvas em excesso por ocasião da colheita.

Captura de carbono se dissemina como opção para frear aquecimento. Sérgio Matsuura– O Globo, Sociedade. 10/07/2016

Técnica enfrenta barreiras econômicas e tecnológicas, mas têm potencial

RIO — O cronômetro para o caos climático está correndo, mas a Humanidade ainda não encontrou soluções para reduzir as emissões de gases do efeito estufa. Estudo recente publicado na revista “Nature” indica que as propostas apresentadas pelos 195 países participantes da Conferência de Paris, em dezembro último, são insuficientes para manter o aquecimento médio do planeta abaixo dos 2 graus Celsius (em relação à era pré-industrial). Entretanto, uma técnica inovadora vem ganhando relevância em diferentes locais no planeta como aposta para reverter o quadro. Segundo especialistas, as tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS, na sigla em inglês) ainda

enfrentam barreiras econômicas e tecnológicas, mas têm o potencial para frear a escalada de emissões.

Ação global

O navio-plataforma Cidade de Angra dos Reis, um dos três onde o projeto de captura e armazenamento de carbono está em operação

Existem no mundo 22 instalações que são capazes de capturar e armazenar 40 milhões de toneladas de CO₂ por ano. Desses, 15 projetos de grande escala já estão em operação e outros sete em fase de construção

— Mais que arriscada, é uma aposta desesperada — pontua Alexandre Szklo, professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ. — Mas com a dificuldade que estamos enfrentando para transições mais radicais no setor energético, não temos outras saídas além de derivar para o processo de captura.

A tecnologia ainda é incipiente, mas vem se disseminando. De acordo com relatório da Global CCS Institute, existem no mundo 15 projetos de grande escala em operação, e outros sete em fase de construção. Juntas, essas 22 instalações são capazes de capturar e armazenar 40 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) por ano. Pode parecer muito, mas de acordo com o relatório mais recente da Base de Dados de Emissões para a Pesquisa Atmosférica Global, em 2014 foram emitidas 35,7 bilhões de toneladas de CO₂.

Mesmo assim, as expectativas para a abordagem são altas. Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), as tecnologias CCS serão responsáveis por um sexto das reduções de emissões globais requeridas até 2050. Para isso, diz Szklo, é preciso impor um valor econômico para o carbono.

— Como funciona hoje, você está capturando, transportando e armazenando um carbono que não tem valor — diz o pesquisador. — Por causa dos investimentos necessários, as instalações CCS perdem em competitividade.

PETROBRAS OPERA PROJETO NO BRASIL

Em geral, as tecnologias CCS são implantadas em instalações industriais altamente poluentes, sobretudo do setor energético. O processo consiste em capturar o CO₂ resultante da combustão de combustíveis fósseis ou de outros processos industriais.

Depois dessa filtragem, em vez de lançado na atmosfera, o dióxido de carbono é injetado no subsolo por meio de dutos. Dos 15 projetos de grande escala já em operação, nove estão em plantas de processamento de gás natural, duas de processamento de hidrogênio, duas de produção de fertilizantes, uma de sintetização de gás natural e uma de geração energética.

Os EUA lideram o mercado, com sete empreitadas em funcionamento, seguidos por Canadá (3), Noruega (2), Argélia (1), Arábia Saudita (1) e Brasil (1). O projeto brasileiro é operado pela Petrobras nas plataformas Cidade de Angra dos Reis e Cidade de Paraty, no campo de Lula, e Cidade de São Paulo, no campo de Sapinhoá. Em breve, será iniciado na plataforma Cidade de Ilhabela, também no campo de Sapinhoá. De acordo com a companhia, no ano passado foi atingida a marca de três milhões de toneladas de CO₂ separados do gás natural e reinjetados no pré-sal da Bacia de Santos.

A tecnologia desenvolvida no Brasil filtra o CO₂ do gás natural usando membranas. A separação das moléculas acontece basicamente pela diferença de tamanho, com a retirada de componentes menores, como o dióxido de carbono (CO₂) e o metano (CH₄), enquanto as moléculas de etanol e hidrocarbonetos de cadeias mais longas ficam na corrente de gás natural tratado e são transportadas para o continente.

O processo está gerando benefícios para a própria exploração. O CO₂ separado é reinjetado nos poços, o que ajuda a manter a pressão nos reservatórios e facilita a recuperação de óleo.

“Após cinco anos de operação, pode-se afirmar que a tecnologia de separação de CO₂ do petróleo produzido no pré-sal, bem como sua reinjeção nos reservatórios produtores, é plenamente viável dos pontos de vista técnico, econômico e ambiental”, diz a Petrobras, em comunicado.

Szklo destaca a importância do projeto brasileiro, pioneiro na captura e injeção de carbono em ambiente offshore em grandes profundidades, 2.200 metros abaixo da lâmina d'água. Contudo, explica que a tecnologia foi introduzida por uma necessidade econômica. O gás natural dos reservatórios da camada pré-sal tem alta concentração de carbono, que chega a 75% em alguns casos. Sem a separação do CO₂, o transporte para o continente, a 300 quilômetros de distância, seria impossível, pois o gás congelaria nos dutos.

— Existia uma necessidade. A empresa paga royalties por esse gás explorado, e para poder comercializá-lo, era preciso remover o CO₂ — afirma Szklo. — Isso impôs um desafio, e o Brasil mostrou que está na fronteira tecnológica.

Jeff Erikson, diretor-geral para as Américas do Global CCS Institute, concorda que na escala de projeto, sem políticas de incentivo ou a imposição de restrições à emissão de poluentes, a adoção de tecnologias CCS pode ser economicamente inviável. Mas em escala global, a captura e armazenamento de carbono faz sentido.

— Uma análise realizada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) estima que alcançar a meta de 2 graus de aquecimento será duas vezes mais caro sem as tecnologias CCS — afirma Erikson. — Existem desafios econômicos. Os projetos que estão em funcionamento requereram grande investimento. Mas o importante é que o núcleo dessas tecnologias provou que funciona. A nossa expectativa é que com o ganho de experiência, os custos diminuam.

APOSTA EM EMISSÕES NEGATIVAS

Os projetos em funcionamento e em construção não retiram carbono da atmosfera, mas evitam que poluentes sejam emitidos. Para manter o aquecimento no limite de 2 graus Celsius será preciso muito mais. Segundo Erikson, existem estudos em andamento para a retirada do CO₂ diretamente do ar, mas sem previsão para uma solução comercial. Nas indústrias, o carbono está concentrado, o que facilita a sua filtragem. Já na atmosfera as moléculas estão dispersas, o que faz com que o custo energético para sua separação em grande escala seja considerado, hoje, inviável.

Por esse motivo, a principal aposta é nos projetos de CCS em instalações de biomassa, capazes de gerar emissão negativa. O etanol, por exemplo, emite poluentes no processo de produção do combustível, mas as emissões são neutralizadas pela plantação da cana. Caso seja possível capturar o carbono emitido na produção, todo o processo será deficitário em CO₂.

— O entrave está no transporte. A plataforma já está em cima do poço, mas as usinas de etanol ficam distantes. Literalmente, seria preciso construir dutos para carregar rejeitos — diz Szklo, da Coppe/UFRJ. — As tecnologias CCS são promissoras, mas ainda não estão no estágio de promover mudanças na velocidade que as mudanças climáticas impõem.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Secretária
Diva de Faria